

# Manifesto

## Dia Internacional da Mulher - 2007

**N**ós, mulheres trabalhadoras do campo e da cidade, organizadas em diversos movimentos e entidades no Rio Grande do Sul, neste oito de março de 2007, dia internacional da mulher, por meio deste manifesto, queremos nos dirigir a todas as mulheres do nosso Estado e a todas as pessoas de boa vontade que aqui vivem. Visamos avaliar a atual conjuntura sob a qual vivemos, denunciar o que entendemos estar acontecendo em prejuízo de toda a sociedade gaúcha e brasileira, particularmente no meio rural, além de conclamar a todas e todos para uma ação conjunta em defesa da vida e da natureza do nosso estado e do nosso país. Assim:

**CONSIDERANDO** que os rumos da economia do nosso Estado tem-se baseado no agronegócio, priorizando a exportação da nossa produção agrícola e pecuária, característica servil a interesses econômicos estrangeiros, que já sacrifica o nosso povo há séculos, repetindo, contra os interesses nacionais, um modelo econômico colonialista que se presumia vencido desde a nossa independência política;

**CONSIDERANDO** que uma tal prioridade ignora os direitos humanos fundamentais de todas as pessoas que aqui vivem, por um ambiente saudável, de respeito à biodiversidade, a auto-sustentabilidade de agricultoras/es e camponesas/es, agredindo o ambiente com o uso indiscriminado de agrotóxicos e um tratamento do meio rural como se a vida, dele dependente, não passasse de mercadoria;

**CONSIDERANDO** que essa mesma prioridade ignora as necessidades vitais do nosso povo, especialmente as de casa, comida, água, saúde, condições elementares de respeito da sua dignidade e da sua cidadania, em função das quais se pode considerar legítimo um Estado que se proclame democrático e de direito;

### ..... **DENUNCIAMOS:** .....

- ▶ **O fato** de que continua em curso, aqui e agora, um modelo de apropriação e exploração predatória da nossa terra, que concentra a propriedade privada dela em mãos de interesses de grupos econômicos transnacionais, ignora o bioma pampa, desconsidera o equilíbrio ambiental, condena o entorno da sua exploração à improdutividade completa, inclusive usando agrotóxicos prejudiciais à vida das/os pequenas/os agricultoras/es que os aplicam, manipula as legítimas aspirações dessas pessoas por melhores condições de vida, impondo métodos de exploração do solo que, amanhã, desertificarão os seus entornos e secarão as nascentes dos nossos rios, eliminando o pouco da nossa mata nativa que ainda existe, como a Fepam já provou.
- ▶ **O fato** de que a execução da reforma agrária, exigência legal da própria Constituição do país, indispensável à mudança do modelo de exploração do nosso solo, que o destine prioritariamente ao alimento e à casa do nosso povo, criando uma sociedade efetivamente fraterna e solidária, harmonizando campo e cidade, não tem passado de uma promessa sempre prorrogada, embaraçada pelo poder econômico dos latifundiários brasileiros, garantidos por bancadas parlamentares por eles financiadas com garantia dos seus privilégios.
- ▶ **O fato** comprovado estatisticamente de que não é o latifúndio - base do agronegócio exportador - que alimenta o nosso povo, mas sim a pequena e média propriedade e posse rurais.

- ▶ **O fato** de que o princípio constitucional da função social da propriedade privada tem sido historicamente desrespeitado pelas/os latifundiárias/os gaúchas/os e brasileiras/os, escondidas/os atrás de uma “produtividade” meramente econômica, indiferente às necessidades vitais da nossa população, de que dá exemplo a criação do deserto verde para a exploração da celulose.
- ▶ **O fato** de que tramitam no Congresso Nacional projetos de lei destinados a proteger os privilégios de exploração das nossas sementes, inclusive pela liberação do plantio transgênico, pela alteração da nossa faixa de fronteira, tudo no sentido de permitir a grupos econômicos transnacionais ampliar os efeitos danosos da sua atividade anti-social e anti-ambiental.
- ▶ **O fato** de que nossas companheiras e companheiros, militantes em defesa dos direitos humanos fundamentais do povo, consagrados pela Constituição Federal, sofrem diária e pública perseguição por parcela da mídia manipulada pelos latifundiários, sendo criminalizadas/os sumariamente pelas ações que promovem em defesa dos mesmos direitos.
- ▶ **O fato** de que o perigo iminente que corre a nossa vida e a nossa terra, por força desse quadro de subserviência ao poder econômico do capital transnacional e do nacional a ele subordinado, pode e deve ser impedido de acordo com a própria lei (art. 188, inciso II do Código Civil), pela força e organização da sociedade civil do estado e do país, da qual nos orgulhamos de fazer parte ativa.

..... **CONCLAMAMOS:** .....

- ♀ **Todas as mulheres** do nosso estado e do nosso país, **todas as pessoas de boa vontade**, a se unirem num grande projeto de construção de uma sociedade livre e soberana. Não somente no papel mas na vida de experimentação diária, de vitória sobre a miséria, a pobreza, o analfabetismo, a doença, a insegurança e o preconceito.
- ♀ **Os Poderes Públicos** - aí compreendidos Executivo, Legislativo e Judiciário - a recuperarem a sua referência própria de público no sentido de comum, de todas/os e não só de alguns ou algumas. De que administrar não significa ser proprietário, mas respeitar a soberania do povo (art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal), garantindo a todas/os gaúchas/os e brasileiras/os o poder-serviço que lhe é devido.
- ♀ **A Defensoria Pública, o Ministério Público, as Universidades, as ONGs, os sindicatos, a OAB, a ABI, os partidos políticos e as Igrejas**, a vigiarem e lutarem politicamente conosco, inclusive por ações constitucionais do tipo civis públicas, populares, mandados de segurança, contra o poderoso e solerte caminho que percorrem os grupos econômicos que nos vitimam, barrando a sua trajetória de exclusão social e de morte das/os nossas/os irmãs/os camponesas/es.

*É nosso compromisso como trabalhadoras do campo e da cidade, como militantes da causa da vida e da natureza, como mães, como brasileiras e gaúchas, jamais cedermos às pressões do poder econômico-latifundiário, ou da indiferença do Poder Público pelo respeito que é devido à nossa dignidade e à nossa cidadania.*

*Espelhadas no exemplo da gaúcha Roseli Nunes, daquelas heróicas operárias que morreram nesse mesmo 8 de março e de muitas/os outras/os mártires da causa e da luta que empreendemos em favor da vida, da natureza, de terras e águas limpas e partilhadas, acreditamos firmemente que todas/os elas/es não derramaram o seu sangue em vão. O parto de uma nova sociedade, livre, fraterna e solidária, tem passado historicamente pelo sangue, assim como o parto das mulheres. E nós assumimos o solene compromisso de, honrando essa memória, garantirmos as/os nossas/os filhas/os e netas/os o direito elementar de defender a vida.*

**Porto Alegre, 8 de março de 2007.**